



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

**CONVÊNIO**  
**CONVÊNIO Nº 003/2021-TJAM**

**CONVÊNIO Nº 003/2021-TJAM** que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** e o **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, visando a concessão de empréstimos a funcionários sob consignação das contraprestações em folha de pagamento, na forma abaixo.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, sediado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Avenida André Araújo, s/nº, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.812.509/0001-90, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, brasileiro, casado, Magistrado, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, portador da Carteira de Magistrado nº 358-TJ/AM e inscrito no CPF/MF sob nº 069.981.942-34, neste instrumento simplesmente denominado **TJ/AM**, e de outro lado, o **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Núcleo Cidade de Deus S/N, Prédio Cinza, 1º andar, Vila Yara, Estado do São Paulo, na Cidade de Osasco, CEP: 04821-160, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.207.996/0001-50, neste ato representado pelo Sra. **ADRIANA QUIRINO DOS REIS**, brasileira, solteira, Superintendente SR, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, portadora da carteira de identidade RG nº 19.517.999-7 e inscrita no CPF/MF sob nº 135.155.618-54 e pelo Sr. **JAIRO GERALDO BARRAL**, brasileiro, casado, Gerente Departamental, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, portador da carteira de identidade RG nº 38.948.666-8 e inscrito no CPF/MF sob nº 051.134.266-79, doravante denominado simplesmente **CONSIGNATÁRIO** ou **BANCO**, celebram e assinam, na presença das testemunhas adiante nominadas, o presente **TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2021 - TJ**, Processo Administrativo Sei nº 2021/000009196-00, que se regerá pelas seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente Convênio tem como objeto autorizar e regular a concessão pelo **BANCO** de empréstimos, com consignação facultativa em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, aposentados e pensionistas do **CONSIGNANTE** (doravante designados “**SERVIDORES**”), em conformidade com a margem consignável disponível e determinada em lei, assim como as demais condições comerciais e operacionais constantes de cada operação e de seus respectivos instrumentos.

1.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior e desde que facultado pelo **CONSIGNANTE**, poderá o **BANCO**, a seu critério, oferecer aos **SERVIDORES** os cartões de crédito consignado (doravante designados juntamente com os empréstimos, os “Créditos”), a exclusivo critério do **BANCO**, mediante aprovação de crédito e confirmação da disponibilidade de margem consignável para tal produto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONCESSÃO DOS CRÉDITOS**

2. A concessão de qualquer um dos Créditos, nos termos deste Convênio, será precedida de: (a) confirmação da existência de margem para consignação em folha de pagamento; (b) obtenção da autorização ao **BANCO** para desconto em folha dos respectivos **SERVIDORES**, que poderá ser firmado por meio físico ou eletronicamente através de aposição de senha, assinatura digital em sistemas eletrônicos ou através de contato telefônico, desde que devidamente autorizado pelo **CONSIGNANTE**, a qual será concedida em caráter irrevogável e incondicional até a satisfação dos Créditos; e (c) formalização dos respectivos contratos e/ou cédulas de crédito bancário e/ou termos de adesão.

2.1. Em razão da autorização para desconto concedida pelos **SERVIDORES** ao **BANCO**, eventual solicitação de cancelamento e/ou suspensão da averbação dos descontos, inclusive na hipótese da Cláusula 5, letra (g) abaixo, somente será considerada válida e eficaz se precedida de anuência prévia e escrita do **BANCO** e do **CONSIGNANTE**, sendo vedada a aceitação o cancelamento e/ou suspensão dos descontos das prestações dos Créditos feita em desacordo com o disposto nesta cláusula.

2.2. A contratação dos Créditos será feita entre o **BANCO** e cada um dos **SERVIDORES**, sem interveniência, garantia ou qualquer tipo de coobrigação do **CONSIGNANTE**, mediante formalização de Cédulas de Crédito Bancário, Autorização de Desconto em Folha, Termo de Adesão e outros documentos complementares, os quais, uma vez assinados passarão a integrar este Convênio.

**2.3.** Os Créditos concedidos pelo **BANCO** nos termos deste Convênio terão preferência, nos termos legais, sobre outros descontos e créditos da mesma natureza que venham a ser autorizados pelos **SERVIDORES** posteriormente, respeitando-se o princípio da anterioridade das consignações.

**2.4.** A concessão dos Créditos aos **SERVIDORES** será feita a exclusivo critério do **BANCO**, mediante cumprimento de sua política interna de crédito, sendo facultada a recusa de propostas e solicitações de crédito, independentemente de justificativa ou motivo, sem que isso fique configurado descumprimento das obrigações estabelecidas neste Convênio.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES**

**3.** O **CONSIGNANTE** processará as consignações autorizadas pelos **SERVIDORES**, a favor do **BANCO**, mediante desconto na respectiva folha de pagamento, respeitado o limite de margem consignável disponível, diretamente ou por meio de empresa contratada pelo **CONSIGNANTE**.

**3.1.** Para cumprimento do disposto neste Convênio, o **CONSIGNANTE** concede ao **BANCO** direito de uso do sistema e software para processamento, consulta, controle e gestão de sua folha de pagamento, inclusive daqueles pertencentes a empresa contratada pelo **CONSIGNANTE**, de modo a permitir a consulta de margem, averbações e processamento das consignações na forma pactuada neste Convênio e na legislação vigente.

**3.1.1.** O **CONSIGNANTE** se compromete a informar imediatamente o **BANCO**, a alteração da forma de processamento das consignações, incluindo contratação de empresa especializada e rescisão de contrato com a empresa originalmente contratada, garantindo em qualquer hipótese que as averbações, repasses e informações do **BANCO** constantes no sistema de averbação do **CONSIGNANTE** sejam mantidas e respeitadas, inobstante tal alteração, rescisão e/ou contratação, sem prejuízo às averbações das consignações do **BANCO** realizadas pelo **CONSIGNANTE** ou pela empresa anterior.

**3.2.** Na impossibilidade de averbação integral nos vencimentos mensais dos **SERVIDORES** de qualquer parcela dos Créditos, por qualquer motivo, será descontado o valor disponível, ficando o **BANCO** automaticamente autorizado a acrescentar ao final do contrato o número de parcelas que forem necessárias para pagamento do saldo remanescente que não foi descontado, respeitando sempre o valor máximo da parcela contratada e disponível para averbação.

**3.3.** O **BANCO**, independentemente do disposto no item 3.2, poderá optar pela cobrança do saldo remanescente, a qualquer tempo, através de débito em conta corrente, boleto bancário, cheque ou qualquer outra forma contratada com os **SERVIDORES** e autorizada em lei.

**3.4.** Ocorrendo o pagamento antecipado de férias e/ou licenças, inclusive as especiais ou à título de prêmio, as averbações e os descontos das consignações far-se-ão na folha de pagamento a elas relativas, independentemente da data de vencimento das parcelas dos Créditos consignados.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS REPASSES**

**4.** As parcelas dos Créditos averbadas e descontadas em folha de pagamento dos **SERVIDORES** para quitação dos mesmos Créditos serão repassadas, pelo **CONSIGNANTE** ao **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, em caráter irrevogável e irretroatável, até o dia 05 (cinco) de cada mês, mediante depósito na conta corrente nº 888985-3, Agência 0012, Banco 394.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

**5.** Constituem obrigações do **CONSIGNANTE**:

**a)** efetuar os descontos das parcelas dos Créditos, conforme autorizado pelos **SERVIDORES** em folha de pagamento e repassar os respectivos valores ao **BANCO**, na forma estabelecida na cláusula 4 acima;

**b)** informar no demonstrativo de pagamento dos **SERVIDORES**, o valor do desconto mensal referente aos Créditos concedidos pelo **BANCO**;

**c)** não acatar pedido de cancelamento das consignações em folha de pagamento apresentado pelos **SERVIDORES**, sem a devida anuência prévia e expressa do **BANCO**;

**d)** comunicar ao **BANCO** a insuficiência de margem consignável de qualquer dos **SERVIDORES** logo após eventual desligamento, licença, demissão, exoneração, falecimento ou qualquer outro motivo que impeça a averbação e/ou desconto das parcelas dos Créditos em folha de pagamento de tal **SERVIDOR**, ficando o **CONSIGNANTE** isento de responsabilidade pelo pagamento da parcela ou do saldo devedor dos Créditos;

**e)** utilizar seus melhores esforços perante os **SERVIDORES** para que o **BANCO** possa reaver o crédito concedido nos termos deste Convênio, exceto na hipótese da cláusula 5.1. abaixo;

**f)** manter os descontos e repasses em favor do **BANCO** em relação a quaisquer Créditos concedidos durante a vigência deste Convênio, mesmo na hipótese das parcelas devidas vencerem após eventual denúncia e/ou rescisão deste Convênio;

**g)** notificar o **BANCO** com antecedência sobre a existência e os termos contidos em qualquer intimação, citação, ofício, notificação, lei ou norma que possa afetar as averbações e/ou descontos das parcelas dos Créditos consignados, de modo a permitir ao **BANCO** a adoção das medidas protetivas cabíveis, judiciais ou administrativas, sobretudo aquelas necessárias para obstar a suspensão e/ou cancelamento das averbações dos Créditos afetados, obrigando-se também a não acatar averbações e/ou descontos em folha de empréstimos de outras instituições que possam comprometer o recebimento de tais Créditos pelo **BANCO**; e

h) acatar ofícios e notificações remetidos pelo **BANCO** para dar cumprimento às decisões judiciais, quando, por quaisquer circunstâncias, o **BANCO** esteja impedido ou impossibilitado de fazê-lo espontaneamente.

5.1. A assinatura e formalização deste Convênio não configura coobrigação, garantia, fiança e/ou a aval por parte do **CONSIGNANTE** em relação aos Créditos concedidos aos **SERVIDORES**, respondendo o **CONSIGNANTE** tão somente pelos valores devidos e não repassados ao **BANCO** em decorrência de descumprimento das obrigações e ausência de repasse, por culpa ou dolo do **CONSIGNANTE** e/ou da empresa de tecnologia contratada para cumprimento das averbações e repasses.

5.2. Constituem obrigações do **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.:**

a) conceder os Créditos aos **SERVIDORES**, nos termos deste Convênio e a seu exclusivo critério, mediante consignação em folha de pagamento;

b) colocar à disposição dos **SERVIDORES** toda sua rede de Agências e de Correspondentes no País, devidamente habilitados, de modo a conceder a todos os **SERVIDORES** atendimento eficaz, bem como assegurar a capacidade de seus empregados e contratados de executar todos os serviços previstos neste Convênio;

c) prestar aos **SERVIDORES** todos os esclarecimentos referentes aos Créditos disponíveis, especialmente sobre a forma de contratação, valores, taxas e demais condições;

d) encaminhar mensalmente ao **CONSIGNANTE**, por meio eletrônico, a relação dos Créditos e respectivas parcelas, para averbação na folha de pagamento, contendo a identificação de cada Crédito, contrato, nome, CPF, valor da consignação e número de parcelas; e

e) manter durante a vigência deste Convênio todas as condições exigidas para a sua assinatura.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

6. Para fins deste Acordo, “dados pessoais” e “tratamento de dados” serão entendidos de acordo com o significado definido pela Lei n. 13.709/2018, representando diretrizes aos partícipes:

a. O tratamento de dados pessoais se dará de acordo com a legislação brasileira vigente aplicável e com o disposto nesta cláusula;

b. Os partícipes declaram e garantem que estão realizando processo de conformidade para adequação à legislação aplicável de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei n. 13.709/2018;

c. Todos os dados pessoais adquiridos em decorrência deste Acordo, ainda que antes da entrada em vigor, deverão ser tratados de forma lícita, nos termos da Lei n. 13.709/2018;

d. Os partícipes devem proteger seus sistemas, incluindo software, hardware e dados sob sua guarda, vinculados à execução deste Acordo, de ataques cibernéticos e perda de dados;

e. Os partícipes se comprometem a informar imediatamente um ao outro logo que tiver conhecimento a respeito de ataques cibernéticos, vazamento ou perda de dados, vinculados à execução do objeto deste Acordo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DENÚNCIA**

7. O presente Convênio é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável automaticamente por iguais períodos até o prazo de 60 (sessenta) meses, sendo facultado à qualquer das Partes denunciá-lo a qualquer tempo, mediante simples aviso escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

7.1. A denúncia ou rescisão deste Convênio, por qualquer motivo, implicará na suspensão do processamento dos Créditos ainda não averbados, permanecendo, contudo, em pleno vigor todas as obrigações das Partes relativas à averbação, desconto e repasse até que se ultime a liquidação de todos os Créditos concedidos durante a vigência deste Convênio.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

8. Os termos e condições estabelecidos neste Convênio poderão ser alteradas, com as devidas justificativas, mediante a celebração de aditivo assinado pelas Partes.

8.1. A tolerância das Partes quanto a inadimplemento não implica em renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado neste Convênio.

8.2. Este Convênio obriga a **CONSIGNANTE** e o **BANCO**, bem como seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título.

8.3. O presente Termo não envolve transferência de recursos entre as partes celebrantes, as ações resultantes que implicarem, eventualmente, transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

9. As partes elegem o Foro da Capital de Manaus, Estado do Amazonas, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente convênio, depois de lido e anuído, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Manaus (AM), 20 de outubro de 2021.

*Assinatura Digital*

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Sra. **Adriana Quirino dos Reis**

Representante Legal do **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**

Sr. **Jairo Geraldo Barral**

Representante Legal do **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**

TESTEMUNHAS: *(Assinado digitalmente)*

**Danielle de Lima Barros**      **Fernanda Caroline Pantoja de Souza**  
**Apoio Administrativo**      **Apoio Administrativo**

**ANEXO I AO AO CONVÊNIO Nº 003/2021**

**PLANO DE TRABALHO**

PLANO DE TRABALHO: Trata-se de um instrumento que integra a solicitação de Convênios, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes.

AS CLÁUSULAS DESCRITAS NESTE PLANO DE TRABALHO PODERÃO SER ADAPTADAS, OBJETIVANDO ESPECIFICAÇÃO PRECISA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CADA AJUSTE.

Conforme o artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, o artigo 1º da Lei nº 13.019/2014 a celebração de Convênios por Órgãos ou entidades públicas e sociedades civis depende da aprovação prévia do Plano de Trabalho, que deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

**1 – DADOS CADASTRAIS**

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE</b> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS			<b>CNPJ:</b> 04.812.509/0001-90	
<b>ENDEREÇO:</b> AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO, S/N, BAIRRO ALEIXO				
<b>CIDADE:</b> MANAUS	<b>UF:</b> AM	<b>CEP:</b> 69.060-000	<b>DDD/TELEFONE:</b>	<b>EA – Esfera Administradora</b> ESTADUAL
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA			<b>CPF:</b> 069.981.942-34	
<b>C.I/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b>		<b>CARGO:</b> DESEMBARGADOR	<b>FUNÇÃO:</b> PRESIDENTE	<b>MATRÍCULA:</b> 359- TJ/AM
<b>ENDEREÇO:</b> AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO, S/N, BAIRRO ALEIXO			<b>CEP:</b> 69.060-000	

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE</b> BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A	<b>CGC/CNPJ:</b> 07.207.996/0001-50
---	--

**ENDEREÇO:**

Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1o andar, Vila Yara

<b>CIDADE:</b> OSASCO	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 04821-160	<b>DDD/TELEFONE:</b>	<b>EA</b>
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Adriana Quirino dos Reis Jairo Geraldo Barral				<b>CPF:</b> 135.155.618-54  051.134.266-79
<b>C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> 19517999- SSP/SP 389486668 SESP/SP	<b>CARGO:</b> Superintendente SR Gerente Departamental	<b>FUNÇÃO:</b> REPRESENTANTE LEGAL	<b>MATRÍCULA:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b> Núcleo Cidade de Deus, S/N – Prédio Cinza – 1o Andar – Vila Yara – Osasco/SP				<b>CEP:</b> 04821-160
<b>NOME DO CONTATO PARA TRATATIVAS:</b> Mayelem Vaneza A. Imbeloni				
<b>E-MAIL:</b> mayelem.imbeloni@bradescobbf.com.br				<b>TELEFONE:</b> (92) 3133-7197/(92) 98411-0812

**2 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO:****DESCRIÇÃO DO PROJETO INTEGRA O PLANO DE TRABALHO**

<b>TÍTULO DO PROJETO</b> Convênio nº 003/2021 – Tjam x Banco Bradesco Financiamentos S/A.
<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</b> Autorizar e regular a concessão pelo <b>BANCO</b> de empréstimos, com consignação facultativa em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, aposentados e pensionistas do <b>CONSIGNANTE</b> (doravante designados “ <b>SERVIDORES</b> ”).
<b>JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO</b> Poderá o <b>BANCO</b> , a seu critério, oferecer aos <b>SERVIDORES</b> os cartões de crédito consignado (doravante designados juntamente com os empréstimos, os “Créditos”), a exclusivo critério do <b>BANCO</b> , mediante aprovação de crédito e confirmação da disponibilidade de margem consignável para tal produto.
<b>METAS A SEREM ATINGIDAS</b> Oferecer opção de empréstimo aos servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas.
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> O presente Convênio é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável automaticamente por iguais períodos até o prazo de 60 (sessenta) meses, sendo facultado à qualquer das Partes denunciá-lo a qualquer tempo, mediante simples aviso escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
<b>ÓRGÃO FISCAL :</b> Divisão de Pessoal.

Manaus (AM), 20 de outubro de 2021.

*Assinado digitalmente*Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do AmazonasSra. **ADRIANA QUIRINO DOS REIS**  
Representante Legal do **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**Sr. **JAIRO GERALDO BARRAL**  
Representante Legal do **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**TESTEMUNHAS: (*Assinado digitalmente*)**Danielle de Lima Barros**      **Fernanda Caroline Pantoja de Souza**  
**Apoio Administrativo**      **Apoio Administrativo**Documento assinado eletronicamente por **Domingos Jorge Chalub Pereira, Presidente**, em 20/10/2021, às 12:05, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.



Nº de Série do Certificado: 4253403575168117555



Documento assinado eletronicamente por **JAIRO GERALDO BARRAL, Usuário Externo**, em 20/10/2021, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA QUIRINO DOS REIS, Usuário Externo**, em 20/10/2021, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Lima Barros, Servidor**, em 21/10/2021, às 08:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Caroline Pantoja de Souza, Servidor**, em 21/10/2021, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0337907** e o código CRC **5B0057B2**.